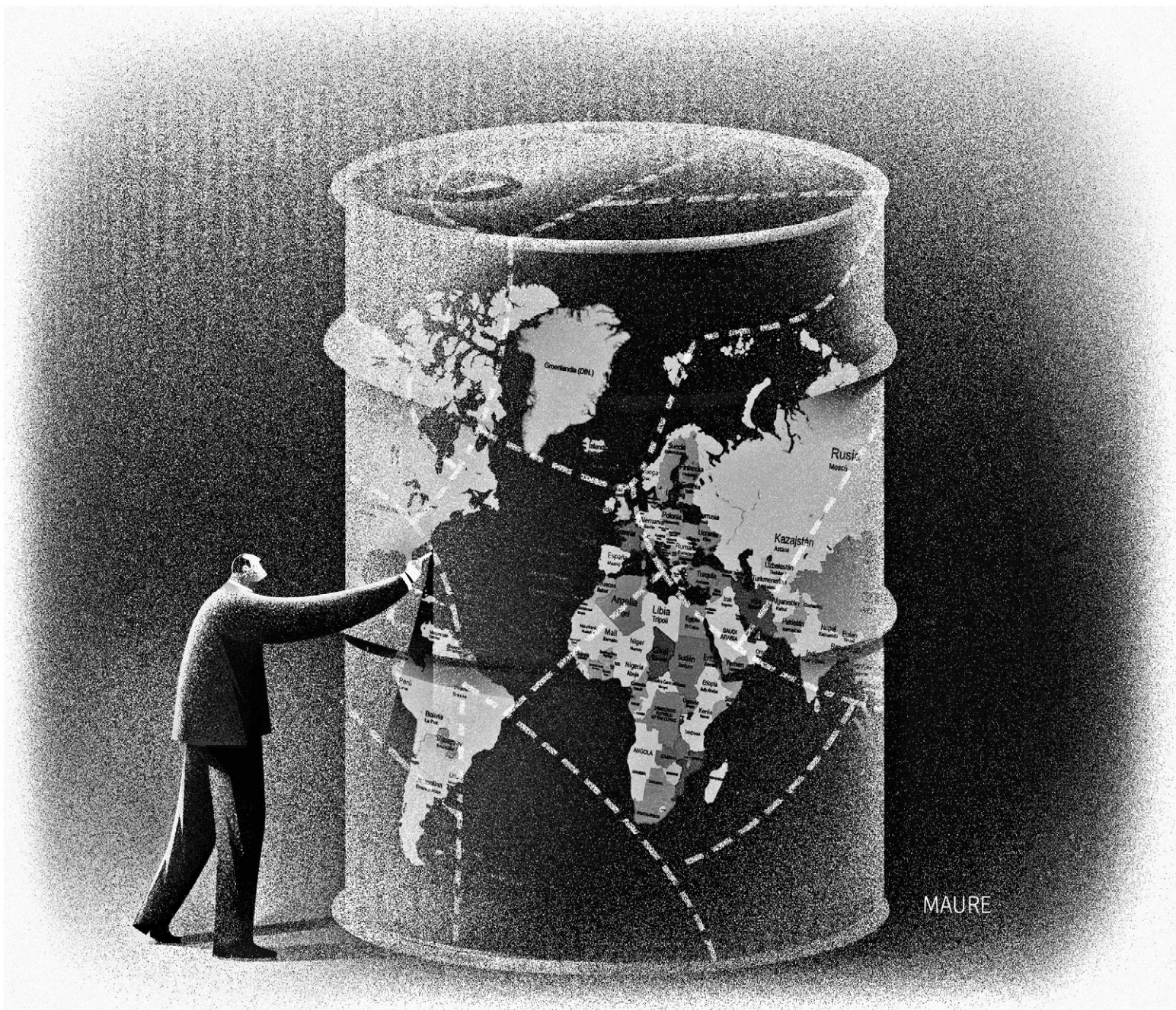


O poder do petróleo

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)



Dois jornalistas, com as respectivas companheiras, decidiram passar um final de semana em Belo Horizonte para apreciar as delícias da cozinha mineira. A história aconteceu em 1977 durante o governo Geisel. O mundo vivia, naquele momento, profunda crise do petróleo, consequência da guerra entre Israel e os países árabes. O preço do barril saiu de três para 12 dólares em poucos meses. Hoje, está em torno de US\$ 110. As principais economias do mundo entraram em crise. Algumas decretaram racionamento feroz, outras deixaram o preço subir às alturas. Os países ocidentais experimentaram uma recessão pavorosa. Andar a pé ou de bicicleta virou moda. No Brasil foi implantado o racionamento. O usuário de veículo deveria ter um cupom que determinava quantos litros poderia utilizar por determinado período. O ministro da Fazenda era Mário Henrique Simonsen, naturalmente o cupom de racionamento ganhou o apelido de simoneta. Os postos de combustíveis passaram a fechar durante a noite. Nas cidades, fechavam das seis às seis da manhã. Nas estradas, das nove da noite até as seis da manhã.

Aqueles dois casais, referidos no primeiro parágrafo, decidiram viajar de carro de Brasília a Belo Horizonte no Monza, bom veículo nacional, que consumia algo como 8/9 quilômetros por litro de gasolina. Saíram no final da tarde, confiando que teriam autonomia para chegar à capital mineira. Tudo corria bem até que furou um pneu. Colocaram o reserva, mas foi necessário parar e consertar o que havia furado. O borracheiro levou mais de uma hora para tapar o furo. Os postos fecharam

e eles ficaram com gasolina apenas para chegar até metade do caminho, a pequena Três Marias, nas margens do Rio São Francisco.

Sem o trânsito da BR 040, a cidade fecha. Por volta das dez da noite, não havia um único bar ou restaurante aberto na cidade. Eles queriam comer alguma coisa. Procuraram informação no ponto de táxi, onde o único motorista estava dormindo. Recomendou a zona do baixo meretrício porque as meninas poderiam estar acordadas naquela hora. Os quatro foram até lá e bateram com o nariz na porta. As moças já tinham ido dormir porque não havia freguesia. Uma delas, insone, arriscou: — O ônibus de Curvelo chega à uma hora da manhã. O restaurante da rodoviária deve estar aberto, porque ele estaciona lá.

Os quatro foram até o restaurante e o gerente estava dormindo sobre o balcão. Acordou com dificuldade. Disse que estava sozinho, não tinha condições de fazer nada, mas poderiam pegar refrigerantes na geladeira. Acontece que um dos quatro era exímio cozinheiro. Ele foi para a cozinha, providenciou um tremendo bife a cavalo, com arroz e batatas fritas. O outro providenciou quatro caipirinhas e botou a cerveja para gelar. O mineiro, gerente do restaurante, assistiu à cena calado, com rabo de olho.

A área econômica do governo brasileira entrou em modo de guerra na época. Havia duas alternativas: decretar um brutal racionamento de combustível no país ou aumentar o endividamento externo brasileiro para adquirir petróleo e abastecer o mercado interno. O

Brasil produzia pouco mais de 700 mil barris/dia e consumia o dobro. Importar era necessário. Mas os novos preços eram exorbitantes. No período surgiu o programa do álcool, no Ministério de Indústria e Comércio, então dirigido por Severo Gomes.

Etanol é combustível extraído da cana-de-açúcar, renovável, brasileiro, com toda sua operação realizada em moeda nacional. Em pouco tempo, surgiram os primeiros veículos movidos a álcool. Eram precários, mas substituíram bem os movidos a gasolina. Mas o produtor de álcool é, ao mesmo tempo, o produtor de açúcar. Quando o preço do açúcar está melhor no exterior ele passa a exportar. Esquece o álcool.

O governo Geisel optou por elevar o endividamento para abastecer o mercado interno. A consequência foi a hiperinflação que durou uma década. E uma enorme dívida externa. A deterioração da economia terminou por derrubar o governo militar, sem golpe de Estado. Petróleo tem poder para destruir reputações, desmanchar sistemas políticos e governos. Em qualquer tempo, em qualquer lugar. Exemplo é o governo dos Estados Unidos que, agora, retomou diálogo com os antigos inimigos da Venezuela e do Irã. Motivo? Petróleo.

Bombas na Ucrânia aumentam preços do combustível no Brasil. Ameaçam a reeleição de Bolsonaro. Os dois casais que jantaram na rodoviária de Três Marias se preparavam para sair quando o gerente chamou um deles, o cozinheiro. Perguntou: vocês podem ficar aqui mais um pouco e fazer o jantar para os passageiros do ônibus de Curvelo?

Não entendi o enredo de nosso samba...

» CINTIA NEVES GODOI
Professora e doutora em geografia pela Universidade Federal de Goiás

» SANDRO LUIZ BAZZANELLA
Doutor em ciências humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor de filosofia

Frase comum e, em certo sentido, até um hábito é de que, no Brasil, “o ano só começa após o carnaval”. E, se não temos carnaval, significa que, sim, estamos vivendo um limbo em que não começaremos o ano.

O *Feitiço do Tempo*, filme que marcou tantas sessões da tarde tem sido também lembrado para explicar a vida de tantos, que, desde o início do isolamento, em 2020, vivem dias em que não se sabe ao certo como será o próximo dia, mês, ano, e, ao mesmo tempo, se vive roteiro interminável de desolação. Esse roteiro, ao mesmo tempo que parece novo, com elementos pandêmicos, de golpe, de militares em cargos de gestão da máquina pública, também não se apresenta inédito.

Por isso mesmo, nessas palavras buscamos alguma conexão, algum sentido ao que vivemos, em nome do carnaval sem carne (na terra onde a carne atinge preços altíssimos, sabendo ainda que, para a população, a carne é cara e, para as elites, a “carne mais barata do mercado é a carne negra”), sem “corpo-enredo”, sem hinos e desfiles, com marchinhas e escapulidos blocos que tocam pedacinhos de cidade tentando existir e ocupar os espaços públicos com o que resta de alegria alegórica.

No samba-enredo da Beija Flor de 2018 se cantou: “O Pátria Amada por onde andará, seus filhos já não aguentam mais...”. Como tantos outros, o hino questionador expõe um Brasil popular, atento ao sofrimento do país. Brasil este que como se percebe no decorrer de nossa colonial trajetória histórica, quando se coloca, minimamente, pela população sofre golpes. E, se não são internos, são externos, como se percebe na guerra em andamento entre Rússia e Ucrânia, em uma movimentação internacional de desestabilização de um governo que se apresentava atrelado a interesses de um capitalismo de Estado. Não, também não serve ao capitalismo neoliberal o capitalismo de Estado.

Que diferença há neste limbo que nos prende em uma circunstância de governo descomprometido com demandas de desenvolvimento social, econômico e político para boa parte da população, de relações de trabalho precarizadas, da exploração do trabalho e das pessoas pelas pessoas, em um país que oprimiu seus filhos em cada etapa de sua história. “Sofri nos braços de um capataz, / Morri nos canaviais onde se plantava gente”, cantou em samba-enredo a Tuiuti.

Mais antigo e, ressoado por tantos, por tanto tempo, com a Imperatriz: “Liberdade, Liberdade, abre as asas sobre nós, e que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz”, que delícia poder abrir os braços e cantar, girar nas ruas, nos salões entoando a liberdade. Nem isso, “Pátria Amada”, podemos mais. Como começaremos nosso ano?

Mas, a questão que trazemos aqui é: será que já começamos algum? Sabemos que é possível, sim, pois a Mocidade Independente ensinou, “a mão que faz a bomba, faz o samba”. Mas é preciso que as mãos estejam ocupadas trabalhando, forjando, outra perspectiva de ação comum, de cuidado com o mundo. E, para isso, não se pode ignorar os processos de exploração, nas diferentes escalas, dos indivíduos à macropolítica, à geopolítica. É preciso considerar “A história que a história não conta, / O avesso do mesmo lugar, / Na luta é que a gente se encontra”.

Considerar a história do Brasil, agentes, inclusive do pensamento, da academia, os que de fato comprometidos em compreender as mazelas, sem desconsiderar as articulações internacionais que nos colocam como explorados, uma elite que dá as mãos a interesses do capital sempre agressivos, violentos, para enxergar a profundidade dos processos em que estamos inseridos, processos que nos deixam isolados, ajoelhados perante um cotidiano massacrante de trabalho abusivo que nos impede de refletir, reagir, e repensar a vida que queremos. “Brasil, o teu nome é Dandara”, sim, e que não nos enganemos, é preciso uma guerreira, pessoas que lutem, “chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês”. Versos da Manguieira que nos apoiam a acordar, porque a trajetória é longa e de muitas dificuldades e dores. Porque o fato é “Teu livro eu não sei ler, Brasil”, e não sabemos porque temos nossas vistas obstruídas por narrativas, estruturas, instituições que nos diminuem, nos afastam, e nos oprimem.

Mas, se juntos ouvirmos vozes que cantam, o que cantam, o que nos dizem, nossos “corpo-enredos vão pedir carnaval”, e as festas voltarão a existir de verdade, “os corpos serão templos, para as nossas festas pagãs”.

Fundo para controlar a volatilidade dos combustíveis

» LUIZ FRANÇA
Presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc)

A guerra entre Rússia e Ucrânia tem provocado diversos efeitos no mundo, inclusive no Brasil. Sabe-se que a duração do conflito e as soluções que serão encontradas para mitigar seus impactos econômicos vão continuar influenciando o valor do preço do barril de petróleo e de diversas outras commodities no mercado internacional. O petróleo, por exemplo, acumula alta de 60% em 2022, enquanto o minério de ferro subiu 30%.

Uma dessas consequências atingiu em cheio o bolso dos brasileiros: o aumento no preço dos combustíveis anunciado pela Petrobras traz consigo um efeito danoso sobre a população, que terá de arcar com uma alta de 18,7% sobre a gasolina, 24,9% sobre o diesel e 16% sobre o gás de cozinha e os consequentes reflexos em produtos e serviços. Para piorar, o abastecimento do Brasil é, prioritariamente, concentrado em caminhões, e o reajuste acaba gerando uma inflação em toda a indústria. Isso provoca forte processo inflacionário que vai nos levar à retração econômica.

No Brasil, a inflação medida pela IPCA, que estava prevista para fechar o ano em 6%, já teve a expectativa revisada para 7,5%, o que deve elevar a taxa Selic para patamares próximos dos 12% ao fim deste ano. E, o pior, essas estimativas ainda podem se agravar. Com isso, o Brasil passa a pagar uma conta ainda maior de juros. Somente com os juros da dívida pública, o governo deve gastar R\$ 900 bilhões neste ano, o dobro

do que foi pago em 2021. O resultado disso é que a relação dívida/PIB pode saltar dos atuais 80% para 85% ao final do ano, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para efeito de comparação, se esse montante fosse usado na construção de casas populares, conseguiríamos fazer 4,6 milhões de moradias e reduzir o déficit habitacional em 60%.

A solução para isso seria criar políticas para conter o processo inflacionário. Isso é fundamental para que o Brasil não tenha uma quebra de produção que venha a comprometer a geração de emprego e a recuperação econômica que estamos em andamento. Torna-se urgente a aprovação dos projetos de lei que diminuam, de forma imediata, o valor dos impostos sobre combustíveis. O PLP 11/2020, aprovado na Câmara e no Senado, que reduz o valor de ICMS e outros tributos sobre os combustíveis, não é suficiente para resolver a questão, pois não possui efeito imediato no bolso dos consumidores. Apesar da excelente iniciativa do Senado, esperar até o ano que vem pela efetiva implementação delas é muito tempo.

A solução técnica mais eficaz seria a criação de um fundo de equilíbrio para a implantação imediata. Assim como proposto no PL 1.472/2021, cujo objetivo é o de tentar controlar a volatilidade dos preços dos derivados de petróleo, esse fundo serviria como uma espécie de “colchão”, que amenizaria o preço dos combustíveis em

momentos de forte alta, trazendo mais estabilidade para a economia, para a inflação e, também, para a geração de empregos. Os recursos para a criação do fundo viriam da União e também dos dividendos pagos pela Petrobras ao governo, que giram em torno de R\$ 37 bilhões. Pelo projeto, os recursos do fundo seriam abastecidos de forma constante e, em momentos de baixa de preço, o fundo teria aportes de recursos que poderiam ser usados em momentos de alta.

Diversos países vêm adotando medidas para conter o avanço dos preços gerados pela guerra. Em Portugal, o governo decidiu conceder descontos de 0,10 de euro por litro de combustível. No Japão, foi anunciada em janeiro a concessão de um subsídio de 3,4 ienes por litro de combustível às distribuidoras toda vez que o preço da gasolina exceder determinado patamar. Na Inglaterra, foi aprovada uma política de descontos na conta de luz, dado que o gás é sua principal fonte energética.

Enfim, é urgente a aprovação de um fundo que consiga estabilizar os preços do combustível em momentos de crise, como estamos vivendo, para preservar a geração de empregos e a capacidade de compra da população. Vale lembrar que, apesar da alta na inflação (10%), o rendimento das famílias caiu 11% em 2021. Se não tomarmos medidas agora, o Brasil pode sofrer uma grande queda na produção, aumentando ainda mais o triste número de 13,5 milhões de desempregados.